

O USO DO TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NO BAIXO TOCANTINS, ESTADO DO PARÁ

MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS

Universidade de Brasília - Programa de Pós Graduação em Geografia
marcgeo2000@yahoo.com.br

Introdução

O Baixo Tocantins é formado por 11 municípios¹, trata-se de um território que guarda uma forte presença ribeirinha, uma vez que, o rio Tocantins tem uma grande importância como meio de integração regional. Este território foi bastante afetado por dois grandes projetos a usina hidrelétrica de Tucuruí e o complexo mineral Albrás \ Alunorte.

Após o barramento do rio Tocantins para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí no final da década de 1970 e início da década de 1980 intensifica a abertura de rodovias na região. Atualmente o território do Baixo Tocantins é um território híbrido com forte influência do meio natural (rio Tocantins) quanto do meio artificial (rodovias de integração).

Toda realidade começa a mudar com a implantação de grandes projetos de energia e de mineração em meados da década de 1980 que passaram a imprimir novos usos ao território na região. A implantação destes projetos promoveu uma alteração radical na dinâmica da vida das populações que viviam fundamentalmente de atividades tradicionais como a pequena agricultura e a pesca onde o rio Tocantins constitui-se como importante vetor de conexão como o meio externo.

Desta forma o Baixo Tocantins foi profundamente alterado pela implantação destes grandes projetos que modificaram profundamente o uso do território na região. Esta nova realidade passou a alterar o uso ribeirinho do território que tinha no rio Tocantins o seu principal vetor de comunicação e transporte.

¹ Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Arujú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Com a implantação destes projetos consolidam - se um uso híbrido do território agora pautado no rio e nas rodovias implantadas na região. Ao longo do rio Tocantins prevalece uma temporalidade mais lenta, e a existência de práticas marcadamente não modernas que datam a períodos anteriores a modernização do território. Já nos pontos atendidos pelas rodovias que cortam a região percebe-se uma temporalidade marcada pela velocidade, onde o uso das técnicas de transportes rodoviários, comunicações e tecnologias de toda ordem dão ao território uma competitividade em suas atividades.

O uso do território

No presente artigo utilizaremos os trabalhos de (CATAIA, 2011; PEREIRA, 2011; RAMOS e CASTILLO, 2010; SANTOS, 2006; SANTOS e SILVEIRA, 2006) para fundamentar nossa interpretação do objeto estudado. Para Cataia (2011, p. 116) “o território se metamorfoseia por outros usos”. Já para Pereira (2011, p. 97) “essa preocupação como o conteúdo e os usos do território de modo algum eximem a dimensão política do conceito, pelo contrário - valorizam e reforçam a dimensão ao mesmo tempo material e política do território”.

Ao enfocarmos o uso do território temos que levar em conta uma série de questões que instrumentalizam a questão territorial. Segundo Pereira (2011, p. 97) “temos que considerar quais são os conteúdos do território; do que ele é constituído; quais os objetos e ações o animam; quais são os seus usos e quais as implicações dele resultantes”. A questão da compreensão de uma periodização é de grande importância para o estudo da abordagem do uso do território. O uso do território ocorre segundo diferentes interesses de quem os usa. Um dos usos que podemos destacar é o uso do território pelo estado, que atua segundo uma série de interesses.

Segundo Cataia (2011, p. 122) “afirmar o uso do território implica dizer que o território não é limitado, pois suas dimensões geométricas ou físicas; significa dizer que nele não se reduz aos seus atributos formais”. Este mesmo autor desta, o caráter híbrido do território sendo este formado por um conjunto de objetos naturais e artificiais, onde o seu uso depende de diversas condicionalidades de quem tem poder para fazer o uso do território, desta ou daquela forma.

Neste sentido, “[...] o território, um híbrido de objetos naturais e artificiais e ações sociais, pede um tratamento analítico em sistema: as materialidades desses seus usos; usos estes que são ações humanas trabalhadas e politizadas” (CATAIA, 2011, p.121).

O tipo de uso que se faz do território resulta de uma série de condicionantes “[...] constituem o uso do território, resultante de um jogo de forças políticas, econômicas e sociais” (RAMOS e CASTILLO, 2010, p. 104).

Desta forma o uso do território constitui-se um elemento fundante neste processo de investigação científica. Segundo Santos & Silveira (2006, p. 21) “O uso do território pode ser destinado pela implantação de infraestrutura, para os quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade”. Para estes autores o território brasileiro, é marcado por zonas de densidade e zona de rarefação (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

No território as densidades técnicas e informacionais mais densos seriam formadas pelos espaços luminosos, os rarefeitos pelos espaços opacos, dos homens pobres e lentos do planeta. Na Amazônia podemos observar uma ocupação rarefeita, com um sistema híbrido onde convive o antigo e o moderno com um movimento lento e veloz em pontos isolados. Neste sentido, “a Amazônia [...] é uma região de rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 272).

No conjunto regional da Amazônia está presente a velocidade e a lentidão, onde existem áreas de densidades técnicas e de informações e da rarefação e onde fluidez e viscosidade são partes integrantes de um todo chamado Amazônia.

As políticas públicas territoriais e a questão regional na Amazônia.

A Amazônia durante muitas décadas foi considerada como sendo um “espaço vazio” tese que negava a presença das populações indígenas, caboclas e das sociedades

locais (BECKER, 1994, p.10). Este mito até hoje nega a participação das sociedades locais em detrimento de atores externos na condução dos destinos da região.

A introdução da Amazônia na economia global só pode ser entendida a partir da inserção do Brasil no capitalismo mundial no pós - segunda guerra mundial, onde o capitalismo tem atuação global e o estado passa a ter um papel destacado de produção do espaço (BECKER, 1994, p. 11). Neste sentido, segundo a autora o povoamento da região se realizou historicamente através de “surto devassadores” ligados a expansão capitalista.

Desta forma, podemos identificar na região pelo menos três grandes surtos devassadores: o das drogas do sertão, da borracha e das frentes agropecuárias e minerais. A partir de 1964 com a tomada do poder político pelos militares a ocupação da Amazônia torna-se prioridade nacional, a partir da implantação de um conjunto de redes de integração espacial, que incluía as redes rodoviárias, de comunicações e de hidrelétricas (BECKER, 1994, p. 14).

No plano interno a região passa a ser espaço de fornecimento de matérias primas para a indústria do sudeste brasileiro. Durante a década de 1970 com a crise do petróleo que atingiu os principais produtores de alumínio do mundo como o Japão e os Estados Unidos a região passa a ser vista como área receptáculo de grandes projetos de mineração.

Em 1974 é criado o Programa de pólos agropecuários e agroindustriais (POLAMAZÔNIA), constituído por um conjunto de 15 grandes áreas selecionadas para implantação na região. A Amazônia neste momento representava uma região com grandes vantagens para o capital estatal, nacional e internacional como a presença de grandes áreas de terras e recursos naturais abundantes como minérios, água, floresta etc.

Segundo Bertha Becker (1994, p. 14) “é com a criação do Programa Grande Carajás (PGC) no final dos anos 70, que se configura a estratégia do estado, para a nova fase de fronteira, e da indústria de exploração mineral em grande escala.”.

A construção da infraestrutura do PGC envolvia a implantação de uma serie de redes de transporte logístico, rede de hidrelétricas, além da construção de núcleos urbanos (BECKER, 1994, p. 70).

O processo de ocupação do território amazônico pode ser dividido em dois grandes períodos tendo a década de 1960 como marco divisor. Este período leva em

consideração a atuação do estado nacional na região onde o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) previa um novo papel para a Amazônia. Este padrão de ocupação da região descrito por Carlos Walter Porto Gonçalves (2005) como “padrão rio - várzea – floresta” perdurou até a década de 1960 na Amazônia.

A partir da década de 1960 inicia um novo padrão descrito por este autor de “padrão estrada- terra firme – subsolo”. Neste novo modelo houve a necessidade da construção de rodovias para substituir a interligação da região que antes era feita pelo rio. Sob este novo padrão ocorrem mudanças na economia saindo de uma economia ribeirinha (drogas do sertão, cacau, cana de açúcar etc.) para uma economia de terra firme (castanha do Pará, pimenta do reino, coco da baía, pecuária), é o tempo lento dos rios dando lugar ao tempo da velocidade das rodovias.

A questão do planejamento regional no Brasil somente na década de 1950 no governo Vargas é que começa a receber atenção mais decidida do governo federal. Para tanto, “pela primeira vez é colocada de modo explícita a questão regional do ponto de vista da integração nacional, objetivo maior a ser perseguido pelo estado em sua política econômica regional” (COSTA, 2000, p.63).

Durante a década de 1950, as regiões mais deprimidas do país como o Norte, Nordeste e Centro – Oeste passaram a serem objetos de atenção do estado principalmente na esfera federal. Neste sentido, “sob a estratégia da integração nacional, este deveria dirigir seus esforços em especial sobre políticas voltadas para a ocupação econômica da Amazônia e do Centro - Oeste, articulando-as com as demais regiões do país” (COSTA, 2000, p. 63).

Na Amazônia a adoção de políticas públicas territoriais implícitas inicia em 1912 com a criação da Superintendência de Defesa da Borracha (SDB), em 1942 ocorre à transformação da SDB em Banco de Crédito da Borracha (BCB). Em 1950 o BCB é transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Estas políticas públicas implícitas neste período se caracterizam por ser pontuais e conjunturais (COSTA, 2000).

Assim como no restante do país o estado brasileiro não possuía uma estratégia efetiva de planejamento explícito materializado através da adoção de políticas públicas de caráter explícito de ocupação usos múltiplos do território nacional e regional.

A ação política do estado no território amazônico ocorre de maneira explícita a partir de 1953 através da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) no governo Vargas. Esta ação política é intensificada a partir de 1966 com a substituição da SPVEA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) no governo Castelo Branco (COSTA, 2000, p.67-68). A atuação do estado na Amazônia se consolida através de estratégias de ocupação da região mediante a criação de políticas públicas de forte impacto territorial.

Estas políticas públicas foram a: construção da rodovia Belém - Brasília iniciada em 1958, adoção de incentivos fiscais da Sudam em 1968, criação do Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970, Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) em 1970, do Programa de Pólos de Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA) em 1974, do Programa Grande Carajás (PGC) em 1974, da criação de grandes projetos como: Ferro Carajás, UH Tucuruí, Mineração Rio do Norte, e Albrás – Alunorte em 1975 (BECKER, 1994; VIRGOLINO e GOMES, 2002).

Entre 1975-1979 vigora o II PND lançado pelo governo Geisel que tinha como objetivos: a) diminuição ou corte da ajuda oficial do estado aos pequenos agricultores, b) viabilizar um novo tipo de ocupação baseada na seleção de áreas prioritárias a implantação de projetos nas áreas de agropecuária, agroindústria, florestas e minerais, c) dar prioridade aos grandes empreendimentos que passaram a ter todo tipo de apoio governamental.

O estado nacional decide pela ocupação mais efetiva da Amazônia tendo como meta a exploração de seus recursos naturais. A exploração dos recursos naturais da Amazônia se enquadra na crise fiscal do estado central. Neste contexto, o estado do Pará será o estado da região amazônica que sofrerá as maiores transformações e exploração de seus recursos naturais. No Pará serão criados cinco grandes pólos de desenvolvimento (Altamira, Carajás, Marajó, Trombetas e Tapajós). No que se refere ao pólo de Carajás, foi criado o PGC, em fins da década de 1970, com uma área de 90 milhões de hectares compreendendo os estados do Pará, Maranhão e Goiás (BECKER, 1989).

Na sua concepção este projeto previa a exploração dos recursos naturais minerais, florestais, pesqueiros além da construção de um conjunto de infraestrutura de transportes, comunicações, energia, saneamento, e de uma usina hidrelétrica localizada

a oito quilômetros a montante de Tucuruí. Este mesmo projeto prevê também a construção de uma linha de transmissão ligando Tucuruí à Vila do Conde em Barcarena, município selecionado para receber o projeto Albrás \ Alunorte, parte integrante do PGC (SUDAM, 1976).

A criação do PGC na realidade representou a criação de um novo território implantado por um planejamento autoritário na Amazônia (BECKER, 1989; ACSELRAD, 1991). Em um período de exceção democrática onde o autoritarismo imperava o governo central resolve promover uma superposição do “novo território de Carajás” ou “Carajazão” aos territórios já existentes na região. Na prática esta decisão representava a retirada de poder de decisão da Sudam e dos governos estaduais do Pará, Maranhão e Goiás. (BECKER, 1989).

Entre os projetos de infraestrutura planejados para o novo território de Carajás estava à construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, que seria responsável para abastecer os grandes projetos de mineração em Marabá, Parauapebas, Barcarena etc. de energia firme.

A construção da usina iniciada em 1974 e concluída em 1984 provocou uma série de impactos territoriais na parte jusante do rio Tocantins, pois a mesma promove o fechamento do rio, impedindo a sua navegabilidade, provocando alterações na pesca e na agricultura e no transporte da região do Baixo Tocantins antes centralizado pelo modelo fluvial.

Os impactos territoriais provocaram a destruição de espaços construídos, como a inundação de cidades e comunidades ao longo do rio Tocantins. Promoveram a desorganização social com a introdução de novas técnicas de transporte como o rodoviário em substituição ao fluvial. Não houve uma conexão dos grandes projetos com as comunidades locais a exemplo da falta de energia em municípios onde o linhão atravessava seu território (BECKER, 1989).

A criação destes grandes projetos de energia (usina hidrelétrica de Tucuruí) e mineração (Albrás\Alunorte) provocou uma série de reação dos atores sociais no Baixo Tocantins que passaram a criar novas territorialidades e a si articular ao espaço regional, nacional e internacional. A atuação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) é bem exemplar, pois os mesmos vêm si articulando com outros movimentos e

instituições de diferentes escalas para fazer valer seus direitos de reparação ou reconhecimento de direitos territoriais no Baixo Tocantins.

Para a geógrafa Berta Becker (1991) a ação do estado na região Amazônia se dá através de duas frentes contraditórias: a frente energética e a frente biotecnológica. Na frente energética temos a ação política através da exploração dos recursos naturais, representado pelo setor de energia (Eletronorte) e mineração (Vale). Já a frente biotecnológica parte da ação do estado na valorização da natureza como valor de capital futuro (BECKER, 1991).

A frente energética pode ser bem representativa no Baixo Tocantins, pois além dos impactos de diferentes naturezas causados pelo setor energético (usina hidrelétrica de Tucuruí), a construção do complexo alumínico Albrás\Alunorte pela antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela japonesa Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd (NAAC) provocaram profundas transformações no município de Barcarena. Para a criação do complexo alumínico Albrás\ Alunorte foi necessária à construção de um conjunto de infra estruturas como: portos, cidades, estradas, linhas de transmissão de energia, etc.

No Baixo Tocantins esta frente esta presente através da ampliação da capacidade energética da usina hidrelétrica de Tucuruí e da ampliação do porto de Vila do Conde em Barcarena, para atender ao aumento da produção mineral da Albrás\Alunorte bem como para atender a necessidade portuária de Belém.

A usina hidrelétrica de Tucuruí e seus reflexos territoriais no Baixo Tocantins.

A implantação de projetos de energia e mineração no Baixo Tocantins (usina hidrelétrica de Tucuruí e Albrás\ Alunorte) promoveu profundas transformações de caráter social, econômico e espacial no território do Baixo Tocantins.

Estes dois grandes projetos são partes integrantes do Programa Grande Carajás (PGC) que previa a exploração dos recursos minerais na região sudeste do Pará. O PGC apresentava quatro núcleos básicos: usina hidrelétrica de Tucuruí, ferro Carajás, alumínio de Barcarena e bauxita do Trombetas (COSTA, 2002). Para a viabilidade do PGC era necessário à oferta de energia intensiva para atender as demandas dos empreendimentos minerais a serem construídas.

A usina hidrelétrica de Tucuruí promoveu o fechamento do rio Tocantins para a navegação em um tempo em que o transporte fluvial era o principal meio de transporte da região. Com esta mudança a economia predominantemente ribeirinha focalizada no extrativismo do cacau, castanha do Pará, borracha perde espaço para uma economia da terra firme (pimenta do reino, coco da baía e dendê) que passaram a comandar a economia regional.

Devido às transformações sociais, econômicas e territoriais advindas da implantação dos grandes projetos, o Baixo Tocantins passará por profundas mudanças que irá alterar a vida da população regional. A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí ocasionou grandes transformações nos municípios à jusante, a saber: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Igarapé - Miri, Oeiras do Pará, Abaetetuba, Barcarena e Moju.

As transformações mais contundentes nos municípios à jusante foram: fechamento do rio para a navegação, inundação de vilas e residências ribeirinhas, remanejamento de populações tradicionais, impactos na pesca e na caça, mudança forçada para o transporte rodoviário.

Com o barramento do rio Tocantins, os municípios à jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí até então usavam o transporte fluvial como principal meio de locomoção foram forçados a investir no transporte rodoviário. O rio deixou de ser navegável em longo trecho, o que acabou impedindo o transporte fluvial da castanha do Pará de Marabá a Belém, o que era antes feito pelo rio Tocantins. O barramento deste rio na década de 1980 acelera a mudança drástica do modelo “rio – várzea - floresta” para o modelo “estrada – terra - firme-subsolo”, culminando com a construção das rodovias, PA 151 e Alça Viária.

A construção e asfaltamento das rodovias PA 151 e Alça Viária inseriram os municípios a jusantes de Tucuruí (com exceção de Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru), no tempo da velocidade do setor rodoviário. A todo instante chegam e partem destes municípios veículos com passageiros, assim como novos atores chegam à região. Desde a abertura destas rodovias a região passou a atrair fazendeiros, agricultores, empresários que passaram a instalar-se no Baixo Tocantins.

Os impactos sociais, econômicos, ambientais e territoriais causados pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí têm sido extensivamente pesquisados e analisados nas últimas décadas (ACSELRAD, 1991; JATOBÁ, 2003).

Henri Acelrad (1991) ao analisar o processo de deslocamento das populações tradicionais atingidas pela construção desta usina, afirma que este empreendimento provocou o deslocamento de entre 6 a 10 mil famílias. Estas populações tradicionais constituídas fundamentalmente de ribeirinhos, castanheiros, índios etc. viviam em sua maioria de praticas ligadas a pequena agricultura e ao extrativismo vegetal ao longo do rio Tocantins e seu principais afluentes.

Estas dinâmicas foram grandes onde “a construção da usina gerou transformações sociais e ecológicas nas regiões Sudeste Paraense e no Baixo Tocantins respectivamente áreas situadas a montante e a jusante do reservatório” (JATOBÁ, 2003, p. 7)

Os impactos deste empreendimento podem ser verificados também á jusante onde “a partir de 1986 as populações ribeirinhas a jusante da barragem passaram a si queixar de alterações na qualidade da água e no comportamento de peixes, do aumento da incidência de doenças e da queda de produtividade na extração de cacau” (ACSELRAD, 1991, p. 55).

A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí atraiu um grande contingente de migrantes em busca de trabalho, impactando diretamente os escassos serviços existentes de saúde, educação, habitação da pequena cidade de Tucuruí. Os impactos do projeto foram imensos deste a inundação de grande área, deslocamento de famílias, submersão de vilas, povoados e pequenas cidades (JATOBÁ, 2003, p. 7).

O local escolhido para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí era habitada por diversas populações tradicionais inclusive indígenas. Havia na região da obra os índios parakanã, gaviões da montanha e gavião de mãe maria, todos estes povos tiveram de ser deslocados em função da construção da usina ou para a formação do reservatório do empreendimento (VIDAL, 1991).

Todos os povos indígenas tiveram que ser deslocados de seus territórios para dar lugar ao empreendimento, onde “com a construção da barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí, os chamados gaviões da montanha tiveram seu território totalmente destruído. As antigas aldeias e cemitérios estão hoje sob o imenso lago da barragem” (FARRAZ e LADEIRA, 1991, p.137).

O descaso das autoridades responsáveis pela obra da usina foi tão grande que muitos índios ficaram largados a própria sorte. Vivíamos durante as décadas de 1970 e 1980 o chamado “planejamento autoritário” onde a questão das populações tradicionais não era tratada com muita atenção pelo governo militar da época.

Os remanejamentos realizados pela empresa tiveram muitas falhas com relação ao convencimento das populações tradicionais como a que ocorre com os índios parakanã. Neste sentido, “durante dois anos, por causa do enchimento do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí, falava-se em transferir estes índios para outro lado do lugar. Mas no momento das águas subirem ninguém quis assumir a coisa” (VIDAL, 1991, p. 62).

Esta passagem demonstra muito bem o descaso com as populações da região, o que mostra a postura da empresa e do governo da época que considerava a região um grande “vazio social”. A relação da Eletronorte na região reforça a preconceção de Amazônia enquanto “vazio social” destacando sempre a “façanha tecnológica” da empresa na “selva amazônica” (MAGALHÃES, 1991, p. 178).

Este modelo de atuação da empresa na região agrava a resolução dos conflitos sociais com as “populações atingidas” pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Esta postura acaba reforçando a tese de que a região é “terra sem populações”, onde não haverá conflitos além de que a empresa passa a pregar a introdução de um desenvolvimento quase sempre não absolvido por estas populações.

O complexo alumínico Albrás\ Alunorte e seus reflexos territoriais no Baixo Tocantins.

Outro grande projeto que provocou profundos impactos no Baixo Tocantins foi à construção do complexo alumínico Albrás\ Alunorte. A implantação deste projeto decorre do acordo assinado entre Brasil e Japão em 1976 para a instalação de um complexo de alumínio no Pará. Este complexo é parte integrante do Programa Grande Carajás formada por outros subprojetos.

A construção da Albrás\Alunorte está inserida no novo papel da Amazônia, ou seja, fornecedora de matérias primas para o Brasil o mundo. A região e as populações figuram como meros obstáculos a serem removidos, “a população atingida aparece no

planejamento e ocupação desse espaço, apenas como um entrave, um obstáculo a ser removido para a instalação da modernização da produção” (MAIA e MOURA, 1995, p. 225).

Para a concretização deste grande projeto uma serie e infraestrutura teve que ser executada, como a geração de energia elétrica e de preferência que fosse subsidiada, “para tornar viável o projeto, o governo militar criou a ELETRONORTE, cujo primeiro objetivo era construir a hidrelétrica do Tucuruí, totalmente custeada pelo dinheiro público, indispensável para suprir à energia necessária as duas usinas metálicas energia” (LEAL, 1995, p. 141).

Segundo SANTOS, (1997, p. 99) “a chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelecem outras. Todo o lugar muda”. A implantação deste grande projeto na região provocou uma grande alteração na dinâmica na comunidade de pescadores e de pequenos agricultores de Vila do Conde no município de Barcarena. Desta forma "a implantação do projeto implicou na desapropriação de 40.000 hectares provocando o deslocamento de mais de 500 famílias. As desapropriações ocorreram no período de 1979 a 1983” (MAIA e MOURA, 1995, p. 230).

Segundo Aluísio Leal (1982, p. 49) em um estudo realizado logo após a intervenção do Estado na região do complexo Albrás/Alunorte assim descreve Vila do Conde onde havia uma “[...] marcada atividade de pesca seguida pela pequena agricultura e cultivo florestal além da pequena criação doméstica [...] onde a unidade institucional é a família”.

O sítio era tido como a unidade de produção onde são plantadas as frutas, e praticada a pequena agricultura, “os moradores dos sítios mantinham com as frutas uma íntima relação simbólica. Representadas em seus relatos, como o símbolo da fartura da região” (MAIA e MOURA, 1995).

Em Barcarena os primeiros impactos em decorrência do desmatamento para a construção da usina e da estação de rebaixamento da Eletronorte ocorreram na orla litorânea – Itupanema, Guajará, Ponta Grossa, Murucupi, em decorrência deste processo a caça logo desapareceu desta área (LEAL 1982, p. 54).

Em janeiro de 1980 iniciam-se a construção das plantas industriais da Albrás e do porto de Vila do Conde destinado a receber a matéria prima (bauxita) para a produção de alumínio e a exportação deste produto final.

Na década de 1990 se consolida o complexo de beneficiamento mineral em Barcarena que conta com Albrás (1985), Alunorte (1995), PPSA e IRCC (1997). Estas plantas industriais provocaram profundas transformações na região.

O complexo alumínico Albrás – Alunorte, e a usina hidrelétrica de Tucuruí são exemplos de “projetos de enclaves” que pouca inserção local e regional possibilitou para o desenvolvimento da região do Baixo Tocantins. Desta forma o uso produtivo deste território tem contribuído historicamente para a marginalização de expressivas populações desse processo econômico.

Conclusão.

A ação política do estado nacional na Amazônia através da execução de políticas públicas territoriais explícita contribui para a sua ocupação e usos múltiplos deste território por parte do estado e do capital nacional e internacional de forma mais intensa. No estado do Pará, esta ação de ocupação ocorre de forma mais intensa por grandes grupos corporativos que passam a privatizar parcelas significativas do território paraense.

Esta ação direcionada pelo estado através da execução de uma “malha programada” se deve há construção de um conjunto de redes rodoviárias, de telecomunicações, de mineração e de hidrelétricas (BECKER, 1994).

Como elementos negativos destes grandes projetos, podemos citar os impactos ambientais, sociais, econômicos e territoriais advindos pela instalação de grandes projetos na região como a usina hidrelétrica de Tucuruí e a Albrás\Alunorte.

Decorridos três décadas desde a inauguração da usina hidrelétrica de Tucuruí (1984) pouco se pode comemorar. Os passivos causados pelo projeto são muito grande, o que faz com que a população regional não acredite mais em promessas por parte das empresas, ou seja, a Eletronorte e Albrás\ Alunorte.

A partir de 2003, em decorrência da construção da segunda etapa das obras da usina hidrelétrica de Tucuruí que previa a ampliação da capacidade de geração de

energia, tem início uma série de manifestação dos movimentos atingidos pela barragem visando medidas de compensação por parte da Eletronorte. Neste ano foi criado o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da Usina Hidrelétrica da Tucuruí (PPDJUS) que tem como objetivo a criação de uma série de medidas compensatórias para atender os municípios à jusante atingidos por este grande empreendimento.

Quando ao projeto Albrás\ Alunorte algumas políticas compensatórias tem sido executadas para atender principalmente os pequenos agricultores familiares do entorno do projeto. No entanto diante da magnitude dos impactos causados as populações pela ação das empresas anteriormente citadas, as medidas compensatórias são pouco representativas e de baixo impacto na vida da população afetada que teve sua dinâmica totalmente alterada pela ação política do estado nacional.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento e populações em Tucuruí. In. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 1991.

BECKER, Bertha. K. *Amazônia*. São Paulo. Ática. 1994.

_____. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. 1991.

_____. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma estratégia do estado na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. 1989.

CATAIA, Márcio Antônio. Território político: fundamento e fundação do estado. In. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 23 (1): 115-125 abr. 2011.

COSTA, Wanderley Messias da. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto. 2000.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In. MENDES. Armando Dias. (org.). *A Amazônia e o seu banco*. Manaus: editora valer. 2002.

FERRAZ, Iara e LADEIRA, Maria Elisa. Os povos indígenas da Amazônia oriental e o grande projeto Carajás. In. HÉBETTE. Jean (org.). *O cerco esta se fechando: os*

impactos do grande capital na Amazônia. Petrópolis \ Rio de Janeiro \ Belém. Vozes \ Fase \ Naea. 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2ª edição. São Paulo. Contexto. 2005.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses. S. Ideologia ambiental e praticas socioespaciais: reflexões para compreensão de conflitos de gestão territorial em Tucuruí- Pará. In. X *Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte, 2003.

LEAL, Aluizio Lins. O caso Albrás/Alunorte: Os primeiros impactos sociais de um pólo metalúrgico na Amazônia. *Revista Ciência da Terra*, n.5, jul.-ago. 1982. p. 45-56.

_____. *Uma sinopse histórica da Amazônia: uma visão política*. (apostila gentilmente fornecida pelo autor). Belém, 1995.

MAIA, Maria Lúcia Sá e MOURA, Edila A. Ferreira. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edila (Org.). *Industrialização, desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Editora da UFPA, 1995.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In. HÉBETTE. Jean (org.). *O cerco esta se fechando: os impactos do grande capital na Amazônia*. Petrópolis \ Rio de Janeiro \ Belém. Vozes \ Fase \ Naea. 1991.

MITSCHEIN, Thomas. A. et al. Capitalismo de enclave e consciência camponesa no Baixo Tocantins (Pará). In. HÉBETTE. Jean (org.). *O cerco esta se fechando: os impactos do grande capital na Amazônia*. Petrópolis \ Rio de Janeiro \ Belém. Vozes \ Fase \ Naea. 1991.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. In. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 23(1): 95-104, abr.2011.

RAMOS, Soraia de Fátima e CASTILLO, Ricardo. Sistemas técnicos agrícolas do algodão e uso do território brasileiro. In. *Geografia*. Rio Claro, v.35, n.1, p. 101-114, jan.\abr.2010.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habilitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

----- . O retorno do território. In. SANTOS, Milton. SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec. Anpur, 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI*. 9ª edição. Rio de Janeiro. Record. 2006.

SUDAM. *Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Polamazônia: Carajás*. Belém. 1976.

VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia: um desafio recíproco. In. HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco esta se fechando: os impactos do grande capital na Amazônia*. Petrópolis \ Rio de Janeiro \ Belém. Vozes \ Fase \ Naea. 1991.

VIRGOLINO, José Raimundo e GOMES, Gustavo Maia. Metamorfoses da economia amazônica. In. MENDES, Armando Dias (org.) *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2ª ed. Belém: Banco da Amazônia. 2004.